

Gerente de Relações Institucionais: Sheila Tussi da Cunha Barbosa
Analista de Relações Institucionais: Cláudia Fernanda Silva Almeida
Assistente Administrativa: Quênia Adriana Camargo Ferreira
Estagiários: Tharlen José Nolasco do Nascimento
Renan Bonilha Klein

02 e 03 de setembro de 2014

Câmara dos Deputados

Plenário

A semana será de esforço concentrado nos dias 02 e 03 de setembro. A pauta está bloqueada pela **Medida Provisória 648, de 2014**, que dispõe sobre a flexibilização do horário de transmissão do programa oficial de informações dos Poderes da República, durante a Copa do Mundo FIFA 2014. Dentre os itens, destacam-se os seguintes:

Projeto de Decreto Legislativo 1491, de 2014, dos deputados Mendonça Filho e Ronaldo Caiado, que susta a aplicação do Decreto 8.243, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. **A matéria tramita em regime de urgência.**

Continuação da votação, em primeiro turno, da **Proposta de Emenda à Constituição 358-B, de 2013**, que torna obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica (Orçamento Impositivo). Apensada: PEC 359/13.

Destaques às Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei 4246, de 2012, de autoria do deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), que altera a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional.

Projeto de Lei 3232, de 1992, que dispõe sobre a liberdade de imprensa, de opinião e de informação, disciplina a responsabilidade dos meios de comunicação, e dá outras providências (Direito de resposta).

Na terça-feira (02/09), às 15h, será realizada uma Sessão Solene de homenagem póstuma ao ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos e ao ex-deputado Pedro Valadares.

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

A pauta ainda não foi divulgada, porém está trancada pelo recurso apresentado pelo deputado André Vargas (PT-PR) contra o pedido de cassação de seu mandato. O relator do recurso é o deputado Sergio Zveiter (PSD-RJ) e o parecer pode ser apresentado na terça-feira (02/09) e votado no mesmo dia.

Comissão de Desenvolvimento Indústria e Comércio

Quarta-feira às 09h30

Seguro de Vida

Item 13 - **Projeto de Lei 3007, de 2011**, de autoria do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que obriga as pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/M.F - à contratação de seguro de vida para seus empregados.

Relatório: apresentado pelo deputado Antonio Balhmann (PROS-CE), é pela rejeição do projeto por criar ônus ao empregador.

Desoneração da folha

Item 18 - **Projeto de Lei 4783, de 2012**, autoria do deputado Guilherme Campos (PSD-SP), que autoriza todas as empresas a optarem pela contribuição de 2% sobre o valor da receita bruta para o cálculo da contribuição previdenciária.

Relatório: apresentado pela deputada Rebecca Garcia (PP-AM), é pela aprovação do projeto e do PL 6450/2013, apensado, com substitutivo que determina que o benefício também contemple todos os produtos industrializados.

Comissão de Seguridade Social e Família

Quarta-feira às 09h30

Audidores fiscais

Item 5 - **Requerimento 598, de 2014**, de autoria do deputado Amauri Teixeira (PT-BA), que solicita a realização de seminário sobre a situação das condições de trabalho, segurança e saúde dos Auditores Fiscais do Trabalho - AFT. O autor sugere que sejam convidados: Rosa Maria Campos Jorge, presidente do SINAIT; Carlos Roberto Dias, presidente do SAFITEBA; e representante do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

Jornada de 40 horas semanais

Item 6 - **Projeto de Lei 4653, de 1994**, e apensados, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que dispõe sobre a jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Relatório: apresentado pelo deputado Rogério Carvalho (PT-SE), é pela aprovação do projeto com substitutivo que, além de fixar duração normal do trabalho em oito horas diárias e 40 horas semanais, desde que não existam outros limites expressamente estabelecidos, determina que: a) o acréscimo de horas suplementares ficaria permitido a, no máximo, 30 horas mensais, 110 horas semestrais e duas horas diárias, desde que previsto em convenção ou acordo coletivo; b) essas horas suplementares serão remuneradas em valor superior à hora normal em pelo menos 75%, podendo o acordo coletivo estipular percentual superior; c) possibilita a instituição de sistema de compensação, desde que não sejam excedidos, no período máximo de um mês, a soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem o limite de 10 horas diárias; d) modifica dispositivo da CLT que trata da prolongação da jornada em virtude de necessidade imperiosa, acrescentando a obrigação de comunicação da ocorrência desse tipo de situação ao sindicato representativo da categoria profissional, paralelamente à comunicação, à autoridade em matéria de trabalho.

Mulher

Item 10 – **Projeto de Lei 5555, de 2013**, apresentado pelo deputado João Arruda (PMDB-PR), que altera Lei Maria da Penha criando mecanismos para o combate a condutas ofensivas contra a mulher na Internet ou em outros meios de propagação da informação.

Relatório: apresentado pelo deputado Dr. Rosinha (PT-PR), é pela aprovação do projeto, do PL 5822/2013, do PL 6630/2013, do PL 6713/2013, do PL 6831/2013, e do PL 7377/2014, apensados, na forma de substitutivo que torna crime expor publicamente a intimidade física ou sexual de alguém.

3

Acidente de trabalho

Item 17 – **Projeto de Lei 7205, de 2010**, apresentado pelo ex-deputado Ricardo Berzoini (PT-SP) e outros, que, para recebimento do benefício do Regime Geral de Previdência Social, equipara ao acidente de trabalho o acidente de qualquer natureza sofrido pelo segurado, em período de aviso prévio, mesmo em caso de indenização pela empresa, comprovadamente em situação de procura de novo emprego.

Relatório: apresentado pelo deputado Mandetta (DEM-MS), é pela rejeição do projeto.

Folga anual para a mulher realizar exames preventivos

Item 23 – **Projeto de Lei 1131, de 2011**, apresentada pela deputada Eliane Rolim (PT-RJ), sobre a concessão do direito a uma folga anual para a realização de exames de controle do câncer de mama e do colo de útero.

Relatório: apresentado pela deputada Erika Kokay (PT-DF), é pela aprovação do projeto e do PL 2015/2011, apensado, com substitutivo: a) propondo alteração ao parágrafo único do art. 1º do Projeto para excluir a necessidade de comunicação prévia, pelas beneficiárias, às respectivas chefias ou patroas, do desejo de utilização da folga, com trinta dias de antecedência, pois o prazo é demasiadamente longo e pode terminar restringindo o alcance do benefício que se pretende conceder; b) alteração do art. 2º para excluir a exigência de que os resultados dos exames realizados sejam apresentados às chefias.

O deputado Rogério Carvalho (PT-SE) apresentou voto em separado em 01/04/2014.

Auxílio-funeral

Item 31 – **Projeto de Lei 2983, de 2011**, de autoria do deputado Anthony Garotinho (PR-RJ), que institui o pagamento de auxílio-funeral, ao executor do funeral, em valor não excedente a um salário mínimo, por morte de segurado do Regime Geral de Previdência Social com rendimento mensal igual ou inferior a R\$862,60.

Relatório: apresentado pelo deputado Amauri Teixeira (PT-BA), é pela rejeição do projeto.

Aposentadoria por invalidez

Item 33 – **Projeto de Lei 3113, de 2012**, apresentado pela deputada Sandra Rosado (PSB-RN), que inclui a esclerose múltipla entre as doenças que permitem a concessão, sem período de carência, de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

Relatório: apresentado pelo deputado Antonio Brito (PTB-BA), pela aprovação do projeto, e do PL 6416/2013, apensado, com substitutivo que inclui também a artrose generalizada severa.

Isenção do Imposto de Renda

Item 35 – **Projeto de Lei 4240, de 2012**, de autoria da deputada Andreia Zito (PSDB-RJ), que determina que os aposentados por invalidez permanente tenham a prerrogativa de não sujeitar-se a nova perícia médica para renovar a validade do laudo pericial para fins de isenção do Imposto de Renda.

Relatório: apresentado pelo deputado Amauri Teixeira (PT-BA), é pela rejeição do projeto.

Trabalho da criança e do adolescente

Item 38 - **Projeto de Lei 5829, de 2013**, de autoria do deputado Dr. Jorge Silva (PROS-ES), que institui a Certidão Negativa de Utilização Ilegal do Trabalho da Criança e do Adolescente para empresas que não utilizarem de trabalho noturno, perigoso ou insalubre de menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Relatório: apresentado pela deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), é pela aprovação do projeto e do PL 6258/2013, apensado, com substitutivo que, dentre outros pontos, cria o Selo Social de Proteção da Criança e do Adolescente para empresas que não utilizem da mão de obra supracitada em seu processo produtivo ou no de seus fornecedores diretos.

Violência contra a mulher

Item 39 – **Projeto de Lei 5899, de 2013**, apresentado pela ex-deputada Marina Santanna (PT-GO), que permite que os prontuários ou laudo médico assim como a "Ficha de Notificação de Violência Doméstica, Sexual e/ outras Violências", nos municípios ou comarcas onde não houver Instituto Médico Legal, perito oficial ou não for possível a realização do exame por duas pessoas idôneas, possam substituir o exame de corpo delito nos casos que especifica.

Relatório: apresentado pelo deputado Dr. Paulo César (PR-RJ), pela aprovação do projeto. O deputado Marcos Rogério (PDT-RO) apresentou voto em separado em 09/04/2014.

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Quarta-feira às 10h

Terceirização

Item 5 – **Requerimento 363, de 2014**, de autoria do deputado Laercio Oliveira (SD-SE), que solicita a realização do Seminário Terceirização & Economia Legalidade, modernização e valorização das relações capital-trabalho, com apoio da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Jornada de trabalho

Item 8 – **Projeto de Lei Complementar 31, de 2011**, de autoria do deputado Filipe Pereira (PSC-RJ), que possibilita às microempresas e as empresas de pequeno porte a contratação de trabalhador com pagamento por hora trabalhada.

Relatório: apresentado pela deputada Gorete Pereira (PR-CE), é pela aprovação da matéria.

Afastamento sem prejuízo do salário

Item 9 – **Projeto de Lei 1830, de 2007 (PLS 233/2006 na casa de origem)**, de autoria do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que inclui o exame de detecção de câncer de mama, útero ou próstata nas hipóteses em que o empregado poderá se afastar do serviço sem prejuízo do salário.

Relatório: apresentado pelo deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), é pela aprovação com uma emenda que concede o benefício apenas a trabalhadores e trabalhadoras com idade igual ou superior a 45 anos e cujo exame não tenha sido realizado juntamente com os exames periódicos por conta do empregador.

5

Abandono de emprego

Item 10 – **Projeto de Lei 4001, de 2012**, de autoria do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que disciplina o abandono de emprego determinando que este ocorrerá quando houver falta injustificada por 30 dias ininterruptos.

Relatório: apresentado pelo deputado André Figueiredo (PDT-CE), pela aprovação do projeto e da Emenda apresentada na Comissão, com substitutivo que ajusta o texto à CLT.

Estabilidade de gestante

Item 13 – **Projeto de Lei 3783, de 2008**, de autoria do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), que acrescenta dispositivo na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT para assegurar à mulher sob estabilidade provisória a continuidade do benefício em caso de falecimento do filho.

Relatório: apresentado pelo deputado Laércio Oliveira (SD-SE), é pela rejeição do projeto e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.

FGTS

Item 17 – **Projeto de Lei 4877, de 2012**, de autoria do deputado Júlio Campos (DEM-MT), que estabelece que a conta do FGTS vinculada do trabalhador, no caso de seu falecimento, será movimentada pelos sucessores previstos na legislação civil, mediante apresentação de alvará judicial ou escritura pública.

Relatório: apresentado pelo deputado Eudes Xavier (PT-CE), é pela rejeição.

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Quarta-feira às 10h

Trabalho escravo

Item 04 - **Projeto de Lei 5016, de 2005**, de autoria do ex-senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que estabelece penalidades para o trabalho escravo ou em condição análoga.

Relatório: apresentado pelo deputado Reinaldo Azambuja (PSDB-MS), é pela rejeição do projeto, do PL 3283/2004, do PL 3524/2004, do PL 2667/2003, do PL 2668/2003, do PL 3500/2004, do PL 8015/2010, do PL 1302/2011, do PL 3107/2012, do PL 4017/2012, e do PL 5209/2013, apensados, e pela aprovação do PL 3842/2012, apensado. O PL 3842/2012 conceitua o trabalho análogo ao de escravo, trabalho forçado ou obrigatório como todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob ameaça, coação ou violência, restringindo sua locomoção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente.

Comissão de Finanças e Tributação

Quarta-feira às 10h15

Multa de 10% do FGTS

Item 5 – **Projeto de Lei Complementar 51, de 2007**, do ex-deputado José Carlos Machado (DEM-SE), que revoga a Lei Complementar nº 110, de 2001, que institui a multa de 10% do FGTS em demissões sem justa causa, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e dá outras providências.

Relatório: apresentado pelo deputado Guilherme Campos (PSD-SP) pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PLP nº 51/2007 e dos PLPs 391/2008, 407/2008, 304/2013, 306/2013, 330/2013, 332/2013 e 342/2013, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PLP 310/2013, apensado; e no mérito, pela aprovação do PLP 330/2013, apensado, e pela aprovação parcial do PLP 51/2007 e dos PLPs 391/2008, 407/2008, 304/2013, 332/2013 e 342/2013, apensados, com Substitutivo, e pela rejeição do PLP 306/2013, apensado.

Contribuição Sindical dos Agentes e trabalhadores autônomos e profissionais liberais

Item 15 – **Projeto de Lei 2141, de 2011**, do ex-senador Gerson Camata (PMDB-ES), que fixa o valor da contribuição sindical anual dos agentes e trabalhadores autônomos e dos profissionais liberais e dispõe sobre a sua atualização.

Relatório: apresentado pelo deputado João Dado (SDD-SP) pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL nº 2.141/11, do PL nº 1.491/11, apensado, do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e da emenda apresentada na Comissão de Finanças e Tributação; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 2.141/11, do PL nº 1.491/11, apensado, do Substitutivo da CTASP, com subemenda, e pela rejeição da emenda apresentada na CFT.

Isenção do imposto de renda por doença

Item 19 – **Projeto de Lei 1217, de 2007**, de autoria do ex-senador Romeu Tuma (DEM-SP), que inclui a pneumopatia grave e a fibrose cística (mucoviscidose) dentre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma.

Relatório: apresentado pelo deputado Giovani Cherini (PDT-RS) é pela aprovação nos termos do Substitutivo da CSSF, com a Emenda 1/07 apresentada ao Substitutivo da CSSF na CFT. O substitutivo amplia o benefício para diversas doenças. São elas: moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, pneumopatia grave, fibrose cística (mucoviscidose), distrofia lateral amiotrófica, retrocolite ulcerativa, doença de Crohn, pneumonia intersticial fibrosante, polipose familiar, doenças cerebro-vasculares decorrentes de AVC, transtorno mental incapacitante, diabetes melito insulino-dependente, aneurisma da veia de Galeno, síndrome de Charcot-Marie Tooth, narcolepsia, hipertensão arterial grave, doença de

Huntington, mal de Alzheimer, esclerose lateral amiotrópica, linfangioleiomiomatose pulmonar, esclerodermia linear, esclerodermia segmentar, esclerodermia sistêmica progressiva, fibrose pulmonar idiopática, trombofilia, neurocisticercose e lúpus eritematoso sistêmico com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma. A emenda determina que a lei entre em vigor na data de sua publicação e surtirá efeitos financeiros a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao de sua publicação.

Violência contra a mulher

Item 22 – **Emendas do Senado ao Projeto de Lei 123, de 2007**, de autoria do deputado Neilton Mulim (PR-RJ), que institui normas para o atendimento pelo Sistema Único de Saúde - SUS - para mulheres vítimas de violência e dá outras providências (Autoriza a cirurgia plástica gratuita).

Relatório: apresentado pelo deputado Manoel Junior (PMDB-PB) é pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária das Emendas do Senado Federal ao PL nº 123/07.

Trabalho decente

Item 30 - **Projeto de Lei 3003, de 2011**, de autoria do deputado Assis Melo (PCdoB/RS), que dispõe sobre a prática do "Trabalho Decente" nas contratações de serviços e obras públicas da Administração Pública Federal, e dá outras providências.

Relatório: apresentado pelo deputado João Magalhães (PMDB-MG), pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.

FGTS

Item 34 – **Projeto de Lei 993, de 2011**, do deputado Giovani Cherini (PDT-RS), que concede ao empregador o direito de receber o complemento de atualização monetária na conta de não-optante ao regime de FGTS.

Relatório: apresentado pelo deputado João Dado (SD-SP) pela aprovação do PL 993/11 e do PL 3038/11, apensado, na forma do Substitutivo da CTASP.

Retenção de salário

Item 35 – **Projeto de Lei 2084, de 2011**, do deputado Manato (SDD-ES), que autoriza a retenção de até 30% do salário exclusivamente no caso de empréstimos por margem salarial consignável, desde que tenha sido expressamente pactuado.

Relatório: apresentado pelo deputado João Dado (SD-SP) pela aprovação com substitutivo que permite a retenção não só do salário, mas de provento, soldo, vencimento, aposentadoria, pensão e similares.

Violência contra a mulher

Item 38 – **Projeto de Lei 4381, de 2012**, do deputado Amauri Teixeira (PT-BA), que propõe que a sentença condenatória deva determinar ao agressor, como efeito automático, o dever de indenizar a Previdência Social por todos os valores pagos com benefícios de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte, quando concedidos em

decorrência de atos de violência doméstica e familiar por ele praticados, independentemente de ajuizamento de ação regressiva.

Relatório: apresentado pelo deputado Cláudio Puty (PT-PA) pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

Senado Federal

Plenário

A pauta da Ordem do Dia encontra-se bloqueada pelo **Projeto de Lei de Conversão 14, de 2014 (oriundo da Medida Provisória 647/2014)**, que dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado com o consumidor final.

Dentre os itens, destacamos os seguintes:

Requerimento 124, de 2014, de autoria do senador Cyro Miranda (PSDB-GO), solicitando a tramitação conjunta do **Projeto de Lei da Câmara 33, de 2013**, que dispõe sobre a imprescindibilidade da presença de advogado nas ações trabalhistas e prescreve critérios para fixação de honorários advocatícios e periciais na Justiça do Trabalho, com o **Projeto de Lei do Senado 728, de 2007**, por regularem matéria correlata (honorários advocatícios no âmbito da Justiça do Trabalho).

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Terça-feira às 10h30

Manifestações

Item 9 – **Projeto de Lei do Senado 508, de 2013**, de autoria do senador Armando Monteiro (PTB-PE), que tipifica como crime de vandalismo a promoção de atos coletivos de destruição, dano ou incêndio em imóveis públicos ou particulares, equipamentos urbanos, instalações de meios de transporte de passageiros, veículos e monumentos.

Relatório: apresentado pelo senador Pedro Taques (PDT-MT) pela aprovação com substitutivo que prevê o aumento de pena para crimes já existentes, como lesão corporal, homicídio e dano, caso eles sejam cometidos no contexto de vandalismo, além de prever uma circunstância agravante para o caso de uso de máscaras.

Revista íntima

Item 23 – **Projeto de Lei da Câmara 2, de 2011**, de autoria da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), que proíbe empresas privadas, órgãos e entidades públicas de adotar qualquer prática de revista íntima de funcionárias e de clientes do sexo feminino. Também determina que, nos casos previstos em lei, para revistas em ambientes profissionais e sob investigação policial, a revista será unicamente realizada por funcionárias servidoras femininas.

Relatório: apresentado pela senadora Ana Rita (PMDB-RR) pela aprovação com duas emendas que suprime o artigo sobre revistas em casos previstos em lei e altera o valor da multa de R\$ 20.000,00 para 30 salários mínimos.

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Terça-feira às 11h30

Violência contra a mulher

Item 4 – **Projeto de Lei do Senado 443, de 2011**, de autoria do senador Humberto Costa (PT-PE), altera a Lei Maria da Penha para garantir à mulher vítima de violência doméstica o

recebimento de benefício eventual previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), bem como regulamentar o conceito de “situação de vulnerabilidade temporária”.

Relatório: apresentado pela senadora Ângela Portela (PT-RR) pela aprovação com uma emenda com alterações redacionais.

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Quarta-feira às 09h

Conselhos profissionais

Audiência pública para debater a alteração do regime celetista para o estatutário dos trabalhadores dos conselhos de fiscalização profissional. Convidados: Alexandre Amaral Gavronski, procurador Regional da República da 1ª Região; Lídio José Ferreira da Silva Lima, auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União – TCU; Ana Lúcia Vieira Menezes, deputada Estadual da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe; Douglas de Almeida Cunha, secretário da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal (CUT-DF); Inês Granada Pedro, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional – FENASERA; José Augusto Viana Neto, presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis 2ª Região – CRECISP; Jefferson da Silva Santos, presidente do Sindicato dos Servidores em Conselhos e Ordens de Fiscalização Profissional nas Entidades Coligadas e Afins de Sergipe – SINDISCOSE.